

## **RESOLUÇÃO POLÍTICA DA DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT**

**20 DE MAIO DE 2026**

1. O Brasil entra em uma quadra decisiva de sua história. As eleições que se aproximam não serão somente mais uma disputa eleitoral: serão eleições decisivas para definir os rumos do Brasil que queremos construir nas próximas décadas. O cenário de polarização que se apresenta expressa o confronto entre dois projetos antagônicos de nação: um que busca consolidar a democracia e a soberania do nosso país, além de transformar, incluir, ampliar direitos e combater as desigualdades. E outro que ataca a democracia, entrega as riquezas do nosso país, quer conservar privilégios históricos e aprofundar desigualdades, um projeto de inspiração fascista. Não é apenas uma escolha eleitoral, é uma decisão sobre o rumo do desenvolvimento, da democracia e das condições de vida do povo e das famílias brasileiras. E, à medida que essa comparação for se explicitando de forma mais intensa no debate público, como acontece nas campanhas, ficará ainda mais evidente para a maioria da população qual projeto representa melhor suas necessidades concretas e seu futuro.
2. A reeleição de Lula, nesse sentido, não se resume a um projeto de governo. Ela assume um caráter estratégico para o projeto de desenvolvimento nacional, para a democracia no Brasil e no mundo, para o enfrentamento das desigualdades e para o futuro da humanidade. A liderança de Lula ultrapassa as fronteiras nacionais. Pelo peso simbólico e político que carrega, sua trajetória e sua atuação reposicionam o Brasil no cenário internacional como referência de democracia, justiça social e cooperação entre os povos. Por isso, a eleição brasileira adquire uma dimensão que extrapola o plano interno: ela é observada em toda a América Latina e no mundo como um termômetro dos rumos da própria democracia global.
3. De um lado, está o Brasil que valoriza a vida, a ciência e o conhecimento, que investe nas universidades, fortalece o SUS, reconhece as desigualdades estruturais e enfrenta o racismo, o machismo e a homofobia com políticas concretas de inclusão. É o projeto que entende que a economia deve estar a serviço do povo, gerando emprego, distribuindo renda e promovendo justiça social, inclusive com uma tributação mais justa, que alivie quem vive do trabalho e cobre mais de quem concentra riqueza. Do outro lado, está o projeto do negacionismo, do desmonte das políticas públicas, do ataque à cultura, à educação e à ciência. O projeto que governou para poucos, protegendo interesses de elites enquanto a maioria era deixada para trás. É diante dessa encruzilhada histórica que se impõe a tarefa central do nosso tempo: garantir a reeleição do presidente Lula e tudo o que ela representará para o futuro do Brasil e do

mundo. Mais do que a continuidade de um governo, está em disputa a defesa da democracia, da soberania nacional, da justiça social e da própria esperança de que a política possa seguir sendo instrumento de transformação da vida do povo.

4. Lula está reconstruindo o Brasil depois de anos de destruição, abandono e ataques aos direitos do povo. Em pouco tempo, o país voltou a crescer, gerar empregos, reduzir desigualdades e recuperar sua dignidade no mundo. E esse é apenas o começo: nos próximos meses, as entregas do governo vão se intensificar ainda mais e, nos próximos quatro anos, o Brasil viverá um novo ciclo de desenvolvimento, justiça social e esperança para o povo brasileiro, com a reeleição do presidente Lula.
5. Nos próximos dias, pretendemos consolidar mais uma grande conquista do povo brasileiro, que é o fim da escala 6x1 sem redução de salário, garantindo dois dias de folga na semana para todas as categorias salariais. Trata-se de um passo decisivo para reduzir a jornada de trabalho sem redução de salários, respondendo a uma necessidade concreta de milhões de brasileiros que enfrentam rotinas exaustivas. Não por acaso, a bancada bolsonarista atuou para travar a proposta, demonstrando mais uma vez seu distanciamento da realidade da classe trabalhadora. Ao contrário, Lula reafirmou seu compromisso com a melhoria das condições de vida: mais tempo de descanso, convivência familiar e até possibilidade de renda extra. A medida também dinamiza a economia, gerando mais empregos, ampliando a capacidade de consumo do nosso mercado interno e diversos estudos já apontam que jornadas menos exaustivas contribuem para a redução de afastamentos por problemas de saúde, beneficiando trabalhadores, empresários e fortalecendo o país como um todo.
6. Estamos diante, mais uma vez, de dois projetos distintos para o país. De um lado está o projeto que entende que a economia deve servir ao desenvolvimento do país, à geração de empregos, à distribuição de renda e à redução das desigualdades. Um projeto que valoriza os trabalhadores, as empresas brasileiras, promove investimento e desenvolvimento, fortalece o mercado interno e busca a justiça tributária, diminuindo impostos para quem vive de salário e cobrando mais dos super ricos. Do outro lado está o projeto neoliberal que governou para o mercado financeiro e trata a economia como instrumento para proteger privilégios.
7. O escândalo do Banco Master não envolve apenas Flávio Bolsonaro e sua família, mas expressa o próprio modelo de poder construído durante o governo Jair Bolsonaro: uma relação promíscua entre operadores políticos, interesses financeiros e setores do Estado a serviço dos privilégios de poucos. As investigações e reportagens divulgadas

pela imprensa revelaram relações financeiras, políticas e pessoais entre Daniel Vorcaro e figuras centrais do bolsonarismo, como Flávio Bolsonaro e o ex-ministro da Casa Civil, Rodrigo Nogueira. Ao longo das denúncias, Flávio apresentou versões contraditórias para explicar sua relação com Vorcaro e os negócios envolvendo o Banco Master. O que permanece sem resposta concreta é o destino de R\$ 134 milhões em negociações ligadas a essa relação, dos quais R\$ 61 milhões teriam sido efetivamente recebidos sem explicação clara sobre sua finalidade. Mesmo após a prisão de Vorcaro, Flávio Bolsonaro foi pessoalmente encontrá-lo, reforçando a profundidade dessa relação. O banco cresceu e operou livremente durante o governo Bolsonaro, acumulando fortes indícios de irregularidades sem a devida intervenção do Banco Central então presidido por Roberto Campos Neto. Governadores alinhados ao bolsonarismo, como Ibaneis Rocha e Cláudio Castro, também aparecem associados ao escândalo, incluindo tentativas de utilizar recursos públicos para salvar o Banco Master. Esses elementos revelam que não se trata de um caso isolado, mas de uma engrenagem política e financeira construída sob proteção do bolsonarismo e voltada à manutenção de privilégios e interesses privados acima do interesse nacional.

8. Ao contrário, no governo do presidente Lula, as instituições de controle e investigação têm plena autonomia para atuar no combate à corrupção. Não por acaso, foi durante o Governo Lula que o Banco Master passou a ser investigado e sofreu intervenção, demonstrando que o compromisso do atual governo é com a transparência, a legalidade e a defesa do interesse público. Enquanto o Governo Lula fortaleceu a autonomia da Polícia Federal, Bolsonaro quis trocar o comando da PF para blindar seu próprio filho, hoje candidato à presidência da República, de investigações.
9. O contraste também é evidente quando observamos os resultados econômicos recentes. O governo do Presidente Lula recolocou o Brasil no rumo do crescimento com distribuição de renda, justiça social e responsabilidade fiscal. O país voltou a crescer acima de 3%, o desemprego atingiu a menor taxa da série histórica, a renda do trabalhador voltou a subir, temos a menor inflação de um mandato presidencial desde a redemocratização, a desigualdade voltou a cair e o salário mínimo voltou a ter aumento real. O Brasil saiu novamente do Mapa da Fome e retomou políticas públicas que haviam sido desmontadas. Mostrando o acerto da política econômica coordenada pelo Ministro Fernando Haddad.
10. No governo Bolsonaro, ao contrário, o país assistiu ao retorno da fome, à precarização do trabalho e a cenas dramáticas como as filas para compra de osso. O preço dos

combustíveis disparou, chegando a nove reais o litro da gasolina em diversas regiões do país, enquanto o governo se mostrava incapaz de proteger o povo brasileiro dos efeitos da crise internacional.

11. O governo do presidente Lula tem adotado medidas concretas e emergenciais para proteger a economia e o bolso do povo brasileiro diante das oscilações do mercado internacional de petróleo no contexto de guerras. Entre elas, estão a zeragem das alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel, a criação de um subsídio temporário para produtores e importadores e a adoção de um imposto de exportação sobre o petróleo para compensar perdas de arrecadação e evitar impactos fiscais, agindo de forma totalmente diferente do que fez Jair Bolsonaro. O objetivo é impedir que a alta internacional do petróleo se traduza automaticamente em aumento do preço da gasolina e do diesel no Brasil. São medidas que demonstram que é possível governar pensando no bolso do trabalhador, defendendo o poder de compra da população e garantindo que os custos das crises internacionais não recaiam sobre quem vive do próprio trabalho. A atual forma de gestão da Petrobras, comprometida com o interesse público e com a soberania energética nacional, permite que o Brasil utilize seus recursos estratégicos para proteger a população e garantir desenvolvimento e estabilidade econômica. Se o Brasil mantivesse a política de paridade de preços internacionais (PPI) adotada no governo Bolsonaro, hoje nós teríamos preços de combustíveis muito mais altos que os atuais.
  
12. Ao mesmo tempo, reafirmamos a necessidade de enfrentar o endividamento das famílias brasileiras, profundamente ligado às altas taxas de juros e à expansão predatória das apostas online. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras têm sua renda capturada pelo rotativo do cartão de crédito, por empréstimos com juros abusivos, que operam de forma regressiva, aprofundam desigualdades e restringem o consumo. Soma-se a isso o impacto devastador das chamadas BETs, que transformam a vulnerabilidade econômica em fonte de lucro e ampliam o ciclo de endividamento e sofrimento social. Diante desse cenário, o governo do presidente Lula segue adotando medidas concretas para proteger o povo brasileiro, ampliar o poder de compra das famílias e combater o superendividamento. Lula acabou com a chamada “taxa das blusinhas”, medida que penalizava especialmente consumidores populares e jovens, e acaba de lançar o Desenrola 2, ampliando as condições para renegociação de dívidas e recuperação do crédito para milhões de brasileiros. Superar esse quadro exige enfrentar as raízes do endividamento, valorizar e ampliar a renda do trabalho e dinamizar o mercado interno como eixo do desenvolvimento. Isso passa, necessariamente, pela redução estrutural da taxa Selic pelo Banco Central, criando condições para o crédito produtivo, o investimento e a construção de um modelo econômico mais justo, sustentável e comprometido com a vida real do povo brasileiro.

13. O presidente Lula tem sido enfático ao apontar a necessidade de proibir as BETs ilegais e as apostas online no Brasil, diante dos impactos cada vez mais graves sobre a vida das famílias brasileiras. Trata-se de uma urgência social: o crescimento descontrolado dessas plataformas tem levado ao endividamento, à perda de renda e ao adoecimento.
  
14. A comparação não é difícil. De um lado está o projeto que defende a democracia real, aquela que se expressa na vida concreta do povo. A democracia que reduz o preço dos alimentos, que tirou o Brasil novamente do Mapa da Fome, que amplia o acesso à saúde por meio do Mais Especialistas, que cria oportunidades para a juventude com o Pé-de-Meia e que promove justiça tributária com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, cobrando mais do andar de cima. Do outro lado estão aqueles que atacaram a democracia, que elogiam a ditadura militar, que não aceitaram o resultado das urnas e que conspiraram contra o Estado Democrático de Direito e promoveram atos de vandalismo, tentando um novo golpe em 8 de janeiro, após serem derrotados pelo voto popular.
  
15. De um lado está o Brasil que entende que proteger o meio ambiente é proteger a vida, a soberania nacional e o futuro das próximas gerações. O governo do presidente Lula recolocou o país na liderança da agenda ambiental global, reduziu significativamente o desmatamento, fortaleceu os órgãos de fiscalização e reafirmou o papel dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, ribeirinhas e dos povos da floresta como guardiões fundamentais de nossos biomas. A realização da COP 30 no Brasil simboliza esse novo momento, em que o país volta a defender um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social. Do outro lado está o projeto representado pelo bolsonarismo, que incentivou o desmatamento, atacou a fiscalização ambiental, estimulou o garimpo ilegal em terras indígenas e defende a exploração predatória da Amazônia e de outros biomas, subordinando nosso patrimônio natural aos interesses imediatos de poucos e colocando em risco o equilíbrio ambiental do planeta.
  
16. O cenário internacional reafirma a importância de uma política externa ativa, soberana e comprometida com os interesses do povo brasileiro. Sob a liderança do presidente Lula, o Brasil recuperou sua voz no mundo, defendendo o multilateralismo, o diálogo entre as nações e a construção de uma ordem internacional mais equilibrada e multipolar. Em Barcelona, durante a Mobilização Progressista Global, Lula foi aplaudido de pé por uma plateia internacional ao defender a paz, a democracia e a

cooperação entre os povos, reafirmando o respeito global ao papel do Brasil. Nesse contexto, o país tem mantido posição firme contra guerras e agressões, inclusive diante de ataques ao Irã, defendendo soluções diplomáticas, o respeito ao direito internacional e a rejeição a qualquer escalada militar.

17. O Brasil voltou a ser respeitado como um ator relevante na promoção da cooperação entre os povos e na integração da América Latina, posicionando-se contra qualquer forma de intervenção imperialista e em defesa da autodeterminação dos povos. Reafirmamos que a política externa brasileira deve servir à soberania nacional, ao desenvolvimento do país e à construção de um mundo mais justo, baseado no respeito entre as nações, na convivência pacífica e na busca permanente por soluções negociadas para os conflitos internacionais.
18. Em contraste, Bolsonaro, Caiado, Zema e outros líderes da direita brasileira chegaram ao ponto de defender que Trump adotasse taxas contra a economia brasileira, celebrando pressões internacionais e sanções contra o próprio país, numa postura de submissão a interesses estrangeiros após não aceitarem o resultado das eleições.
19. Reafirmamos que o Brasil deve seguir defendendo sua soberania e a autodeterminação dos povos. Nesse sentido, reiteramos nossa solidariedade histórica ao povo cubano e defendemos o fim do bloqueio econômico imposto a Cuba, que há décadas penaliza injustamente seu povo e viola princípios básicos do direito internacional.
20. O contraste entre os projetos também se expressa na agenda de direitos das mulheres. De um lado está o governo do presidente Lula, que colocou o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres no centro da agenda de governo, recriou o Ministério das Mulheres, fortaleceu políticas de autonomia econômica como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, avançou na igualdade salarial e ampliou políticas públicas de proteção, prevenção e combate à violência de gênero. Trata-se de reconhecer que a democracia e a justiça social no Brasil passam necessariamente pela garantia da vida, da autonomia e dos direitos das mulheres.
21. Do outro lado está o campo político que extinguiu o Ministério das Mulheres, relativizou a violência contra as mulheres e naturalizou discursos machistas e misóginos no mais alto nível do poder. Não podemos esquecer que o próprio Jair Bolsonaro chegou a afirmar que ter uma filha mulher foi uma “fraquejada”, expressão que sintetiza a visão profundamente desrespeitosa e patriarcal que esse campo político

reproduz. Foram eles que alimentaram discursos misóginos que se espalham nas redes sociais e sustentaram movimentos que transformam o ódio às mulheres em instrumento de mobilização. Não por acaso, esse clima de permissividade e naturalização da violência contribuiu para o agravamento da violência de gênero e para o aumento dos casos de feminicídio no país, demonstrando que o combate ao ódio e à misoginia também é uma tarefa fundamental para proteger a vida das mulheres brasileiras.

22. De um lado, está a trajetória de Lula, marcada pela origem no povo trabalhador e pela superação. Operário, torneiro mecânico, migrante nordestino, Lula conheceu a fome, pegou ônibus lotado, sofreu acidente de trabalho e enfrentou a ditadura militar na linha de frente das lutas sindicais. Foi fundador do maior partido de esquerda do Brasil e, ao chegar à Presidência da República, transformou essa experiência em políticas concretas que mudaram a vida do povo brasileiro, como o Bolsa Família, o Prouni, o Reuni e o Luz para Todos, para citar apenas alguns. Reconhecido internacionalmente, é considerado por amplos setores como o maior presidente da história do Brasil, responsável por reduzir desigualdades e ampliar oportunidades.
23. De outro lado, as candidaturas de Flávio Bolsonaro e outros nomes desta mesma direita, representam a tentativa de retorno ao poder do projeto político da fome, do atraso, do negacionismo e da corrupção. Sua trajetória parlamentar é marcada por envolvimento em esquemas de rachadinha e movimentações financeiras questionadas como a compra de sua mansão de 6 milhões de reais e a compra de diversos imóveis com dinheiro vivo, além da ausência de propostas estruturantes para o desenvolvimento nacional ou para a melhoria das condições de vida da população. Sua candidatura simboliza a tentativa de manutenção de um projeto que se sustenta no ataque aos direitos sociais, às mulheres, na defesa de privilégios e na negação de agendas voltadas à redução das desigualdades.
24. Quando o povo brasileiro puder comparar de forma concreta esses dois projetos, as duas biografias e trajetórias, estamos seguros de que escolherá o projeto democrático, popular e soberano liderado pelo presidente Lula e não o projeto autoritário, neoliberal e subordinado da extrema direita, liderado por Flávio Bolsonaro.
25. Para o Brasil escolher a democracia, a justiça social, a soberania nacional e o futuro, é preciso também garantir que esse projeto tenha força institucional para avançar. Isso passa necessariamente pela reeleição do presidente Lula, pela eleição de governadores e governadoras comprometidos com esse caminho e, de forma decisiva, pela construção de uma maioria democrática e popular na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Eleger bancadas comprometidas com o povo brasileiro é condição fundamental para assegurar governabilidade, enfrentar a extrema direita no

Parlamento e aprofundar as transformações que o país necessita, ampliando direitos, fortalecendo políticas públicas e consolidando um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social.

26. Compreendemos ainda que a construção de um Brasil mais justo exige enfrentar a distorção imposta pelo atual modelo de execução das emendas parlamentares, que rompe o equilíbrio entre os poderes, fragiliza o Executivo e compromete o planejamento público. É urgente recuperar um sistema de governabilidade alinhado à soberania do voto popular, que elege a Presidência da República, à transparência e à participação social, como determina a Constituição de 1988 e como foi reafirmado no plebiscito de 1993. Para isso, é essencial avançar em uma reforma político-eleitoral que fortaleça os partidos, aprofunde políticas de ações afirmativas e diversidade, promova transparência, priorize programas coletivos acima de projetos individuais e reduza a influência do poder econômico sobre a política, consolidando um sistema mais democrático e representativo.
  
27. Nesse sentido, as transformações necessárias não se limitam ao sistema político-eleitoral, mas alcançam também o Poder Judiciário e o conjunto das instituições do Estado brasileiro. É fundamental avançar em reformas que aproximem o Estado da sociedade civil, ampliem os mecanismos de controle social e fortaleçam a legitimidade democrática das instituições. Por isso, também é necessário avançar em uma agenda de democratização do Judiciário e de aperfeiçoamento institucional que assegure maior responsividade, equilíbrio entre os poderes e compromisso efetivo com os direitos da maioria do povo brasileiro, consolidando, assim, um sistema mais democrático, representativo e conectado às necessidades reais da sociedade.
  
28. O Governo Lula herdou um país profundamente fragilizado, marcado pelo desmonte de políticas públicas e pelo abandono de áreas essenciais para a vida do povo brasileiro. Serviços públicos sucateados, perda de capacidade de investimento e uma lógica de governo desconectada das necessidades reais da população foram o legado deixado por Bolsonaro. Foram quatro anos intensos de reconstrução, para recuperar políticas sociais, retomar o crescimento e recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento com inclusão. Agora, com bases mais sólidas e a confiança reconstruída, estamos preparados para avançar ainda mais: realizar mudanças mais profundas, estruturais e voltadas para o futuro. O próximo ciclo de governo será o tempo de consolidar conquistas e dar um novo salto de qualidade, fazendo com que o Brasil não apenas volte a crescer, mas cresça melhor, com mais justiça, mais oportunidades e mais dignidade para o seu povo.

29. É nossa tarefa fazer com que cada conquista seja reconhecida, cada avanço se transforme em pertencimento e cada política pública se converta em esperança concreta na vida do povo. A travessia de 2026 não será uma eleição qualquer. Será, mais uma vez, a eleição das nossas vidas. Já demonstramos que sabemos governar para melhorar a vida do povo brasileiro. Mas a história exige mais: exige mobilização, consciência e participação. É com esse espírito que convocamos nossa militância e o povo brasileiro para ocupar as ruas no dia 24 de maio para fortalecer a luta em defesa do fim da escala 6x1, por mais dignidade, mais tempo de vida e mais direitos para quem vive do trabalho. Porque, no fim, é isso que nos move: construir, com o povo, um Brasil mais justo, mais humano e profundamente democrático.
30. Sabemos que essa vitória não virá sem luta. Exigirá muito trabalho, mobilização social, organização da militância e diálogo permanente com o povo brasileiro. As pesquisas já demonstram a força política do presidente Lula e apontam sua liderança na disputa presidencial de 2026, refletindo o reconhecimento popular ao processo de reconstrução nacional em curso e às melhorias concretas na vida do povo brasileiro. Temos convicção na vitória do nosso projeto democrático, popular e soberano. Mas nenhuma vitória histórica é construída pela acomodação: ela dependerá da capacidade de mobilizar consciências, ocupar as ruas, fortalecer as redes, ampliar nossa presença nos territórios e transformar esperança em participação popular ativa. É com unidade, coragem, trabalho coletivo e confiança no povo brasileiro que construiremos mais uma vitória histórica em 2026. Lula presidente!